



II – a partir de 29 de março de 2012, no valor total de R\$ 3.942,16 (Três mil, novecentos e quarenta e dois reais e dezesseis centavos), correspondentes aos proventos integrais, conforme Lei estadual nº 15.102, de 29 de dezembro de 2011, com fundamento no art. 6º-A da Emenda Constitucional nº 41, de 2003, a seguir discriminados:

Vencimento (Lei estadual nº 15.102/2011) FPJNF-23 – 30 horas	R\$ 2.834,29
(Dois mil, oitocentos e trinta e quatro reais e vinte e nove centavos)	
Progressão Horizontal – 20%(Art.43, § 1º da Lei estadual nº 9.826/74)	R\$ 566,86
(Quinhentos e sessenta e seis reais e oitenta e seis centavos)	
Gratificação Por Alcance de Metas (GAM) – 30% (Arts. 11, 14, 15 e 16 da Lei estadual nº 14.786/2010)	R\$ 850,29
(Oitocentos e cinquenta reais e vinte e nove centavos)	
Subtotal	R\$ 4.251,44
(Quatro mil, duzentos e cinquenta e um reais e quarenta e quatro centavos)	
(-) Adequação vencimental	R\$ 309,28
(Trezentos e nove reais e vinte e oito centavos)	
TOTAL	R\$ 3.942,16
(Três mil, novecentos e quarenta e dois reais e dezesseis centavos)	

tudo de conformidade com a Legislação acima explicada.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ, aos 12 dias do mês de dezembro de 2018.

Desembargador Francisco Gladysson Pontes

Presidente do Tribunal de Justiça do Ceará

PORTARIA Nº 2428/2018

O Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Processo Administrativo nº 9903-76.2007.8.06.0000;

CONSIDERANDO a edição da Emenda Constitucional nº 70, de 29 de março de 2012, publicada no Diário Oficial da União de 30 de março de 2012, que acrescentou o art. 6º-A à Emenda Constitucional nº 41, de 19 de dezembro de 2003;

RESOLVE aposentar por invalidez **FRANCISCO DE ASSIS MARCOLINO**, no cargo de Oficial de Justiça Avaliador, Matrícula nº 94160.1/3, nos termos dos arts. 152, 154 e 89, da Lei estadual nº 9.826, de 14 de maio de 1974 (com a redação dada pela Lei estadual nº 13.578/2005) e art. 40, § 1º, I, da Constituição Federal de 05 de outubro de 1988 (redação dada pela Emenda Constitucional nº 41, de 19 de dezembro de 2003), **ATRIBUINDO-LHE** os proventos mensais abaixo indicados:

I – a partir de 28 de agosto de 2007, no valor de R\$ 3.375,20 (três mil e trezentos e setenta e cinco reais e vinte centavos), calculado pela média das contribuições previdenciárias do período de julho de 1994 a julho de 2007, nos termos da Lei federal nº 10.887, de 18 de junho de 2004;

II – a partir de 29 de março de 2012, no valor total de R\$ 6.033,83 (seis mil e trinta e três reais e oitenta e três centavos), conforme Lei estadual nº 15.102, de 29 de dezembro de 2011, com fundamento no art. 6º-A da Emenda Constitucional nº 41, de 2003, a seguir discriminados:

Vencimento (Lei estadual nº 15.102/2011) SPJNM-B2 – 30 horas	R\$ 2.874,97
(Dois mil, oitocentos e setenta e quatro reais e noventa e sete centavos)	
Progressão Horizontal – 5% (Art.43, § 1º da Lei estadual nº 9.826/74)	R\$ 143,75
(Cento e quarenta e três reais e setenta e cinco centavos)	
Gratificação por Alcance de Metas (GAM) – 30% (Arts. 11, 14, 15 e 16 da Lei estadual nº 14.786/2010)	R\$ 862,49
(Oitocentos e sessenta e dois reais e quarenta e nove centavos)	
Gratificação de Atividade Externa (GAE) - 30% (Art. 17 da Lei estadual nº 14.786/2010)	R\$ 862,49
(Oitocentos e sessenta e dois reais e quarenta e nove centavos)	
Parcela Individual Complementar – (Art. 10 da Lei estadual nº 14.786/2010)	R\$ 1.503,94
(Um mil, quinhentos e três reais e noventa e quatro centavos)	
Subtotal	R\$ 6.247,64
(Seis mil, duzentos e quarenta e sete reais e sessenta e quatro centavos)	
(-) Adequação vencimental	R\$ 213,81
(Duzentos e treze reais e oitenta e um centavos)	
TOTAL	R\$ 6.033,83
(Seis mil, trinta e três reais e oitenta e três centavos)	

tudo de conformidade com a Legislação acima explicada.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ, aos 12 dias do mês de dezembro de 2018.

Desembargador Francisco Gladysson Pontes

Presidente do Tribunal de Justiça do Ceará